



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Ref.: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/SGAF/2026

OBJETO: CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO PARA O FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DE PAINÉIS DE MENSAGENS VARIADAS (PMV's), PARA INFORMAÇÕES DOS SERVIÇOS DO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO, EM ESPECIAL OS HORÁRIOS DE CHEGADAS E PARTIDAS DOS ÔNIBUS.

CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO para fornecimento, instalação, manutenção e operação de **PAINÉIS DE MENSAGENS VARIÁVEIS (PMV's)**, para informações dos serviços do transporte público coletivo, em especial os horários de chegadas e partidas dos ônibus, nos termos da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Ordinária nº 4.805, de 18 de março de 1996, do Decreto nº 10.339, de 30 de Agosto de 2001 e demais normas aplicáveis, em especial as cláusulas e as condições fixadas no EDITAL, no CONTRATO e seus ANEXOS.

A remuneração da CONCESSIONÁRIA se dará através da exclusividade da exploração publicitária nos MOBILIÁRIOS URBANOS PARA INFORMAÇÃO (MUPI's) e RELÓGIOS ELETRÔNICOS DIGITAIS (RED's), que poderão ser instalados no município de acordo com as regras estabelecidas neste EDITAL e seus ANEXOS.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Este TERMO DE REFERÊNCIA estabelece informações técnicas sobre a presente CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO para fornecimento, instalação, manutenção e operação de PAINÉIS DE MENSAGENS VARIÁVEIS (PMV's), para informações dos serviços do transporte público coletivo.

1.2. A remuneração da CONCESSIONÁRIA se dará através da exclusividade da exploração publicitária nos MOBILIÁRIOS URBANOS PARA INFORMAÇÃO (MUPI's) e RELÓGIOS ELETRÔNICOS DIGITAIS (RED's), que poderão ser instalados no município, de acordo com as regras estabelecidas neste EDITAL e seus ANEXOS.



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

1.3. Os PMV's, objetos desta CONCESSÃO, destinam-se a fornecer, primordialmente, informações atualizadas sobre a chegada dos ônibus, de acordo com as informações fornecidas pelo PODER CONCEDENTE, através dos sistemas relativos às frotas de ônibus municipais.

1.3.1. Deverão ser instalados, no mínimo, 42 (quarenta e dois) pontos de PMV's do tipo Interno nas Estações da LINHA VERDE, nos Terminais de Ônibus e Áreas de Integração, que também poderão receber exploração publicitária de acordo com os termos previsto neste EDITAL, e

1.3.2. Deverão ser instalados, no mínimo, 120 (cento e vinte) pontos de PMV's do tipo Externo, sem permissão de exploração publicitária, em Abrigos e Pontos de Ônibus já instalados e existentes previamente na cidade.

1.4. Os MUPI's, integrantes desta CONCESSÃO, destinam-se não apenas à exploração publicitária, através da veiculação de publicidade em conformidade com a legislação aplicável, mas também à veiculação de mídias institucionais de interesse do PODER CONCEDENTE, mensalmente, na proporção de 10% (dez por cento) de faces ativas dos Painéis Publicitários Digitais, em conjunto com os RED's.

1.4.1. Poderão ser instalados, no máximo, 50 (cinquenta) MUPIs no município.

1.5. Os RED's, integrantes desta CONCESSÃO, destinam-se a fornecer informações de utilidade pública sobre horário, temperatura, índice de qualidade do ar e índice de radiação ultravioleta, bem como veicular outras informações de interesse público, além da exploração publicitária, através da veiculação de publicidade em conformidade com a legislação aplicável. Assim, em conjunto com os MUPI's, serão utilizados na veiculação de mídias institucionais de interesse do PODER CONCEDENTE, mensalmente, na proporção de 10% (dez por cento) das faces dos Painéis Publicitários Digitais.

1.5.1. Poderão ser instalados, no máximo, 50 (cinquenta) RED's no município.

1.5.2. As indicações referentes à qualidade do ar e à radiação ultravioleta deverão ser coletadas em fontes de órgãos oficiais nacionais, que apresentem dados específicos para o Município de São José dos Campos, ou por meio de dados de organizações nacionais ou internacionais com público e notório reconhecimento técnico nas respectivas áreas de atuação, sempre com informações específicas para o Município.

1.6. Os equipamentos deverão prezar pela sustentabilidade e cuidado paisagístico, utilizando materiais pouco agressivos ao ambiente e privilegiando, em sua concepção, elementos estáticos que se relacionem, de forma discreta, com tradições joseenses.

1.7. Os Painéis Publicitários Digitais ou Estáticos deverão ser dispostos de forma harmônica e compatível com os demais elementos dos PMV's, MUPI's e dos RED's, respeitando todas as diretrizes deste TERMO DE REFERÊNCIA.

1.8. A CONCESSIONÁRIA deverá prover a infraestrutura necessária para manter em perfeita operação os PMVs durante todo o período contratual.



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

1.9. Funcionalidades adicionais para todos os equipamentos objetos ou integrantes desta CONCESSÃO, poderão ser sugeridas pela CONCESSIONÁRIA, desde que previamente detalhadas nos projetos que deverão ser entregues nos termos e condições do EDITAL, e mediante aprovação do PODER CONCEDENTE.

1.10. Funcionalidades adicionais que implicarem geração de receita para a CONCESSIONÁRIA, exceto em caso de exploração publicitária já prevista neste EDITAL e seus ANEXOS, serão consideradas fonte de RECEITAS ALTERNATIVAS, as quais deverão ser compartilhadas com o PODER CONCEDENTE nos termos deste EDITAL.

1.11. São considerados BENS REVERSÍVEIS vinculados à concessão os Painéis de Mensagens Variáveis, OBJETO desta CONCESSÃO, tanto da tipologia Interna, quanto Externa;

1.11.1. Os equipamentos considerados como BENS REVERSÍVEIS devem ser entregues em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção, livres de quaisquer ônus ou encargos.

1.11.2. As regras e obrigações da CONCESSIONÁRIA em relação aos BENS REVERSÍVEIS encontram-se descritas na MINUTA DE CONTRATO, parte integrante deste EDITAL.

1.12. Na execução dos SERVIÇOS previstos nesta CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá atender às Normas Técnicas vigentes pertinentes.

2. ESCOPO DOS SERVIÇOS

2.1. O escopo de SERVIÇOS a serem desenvolvidos pela CONCESSIONÁRIA no âmbito desta CONCESSÃO consiste nos itens abaixo:

- a. Fornecimento, instalação, manutenção e operação de, no mínimo, 162 (cento e sessenta e dois) pontos de PAINÉIS DE MENSAGENS VARIÁVEIS, no máximo 50 (cinquenta) MOBILIÁRIOS URBANOS PARA INFORMAÇÃO e, no máximo, 50 (cinquenta) RELÓGIOS ELETRÔNICOS DIGITAIS, nos pontos de localização estabelecidos no ANEXO I C – LOCAIS DE INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS, respeitando-se as diretrizes técnicas contidas neste EDITAL e seus ANEXOS, em especial neste TERMO DE REFERÊNCIA;

2.2. A CONCESSIONÁRIA poderá sugerir a alteração de um ou mais locais de instalação dos PMV's definidos no ANEXO I C – LOCAIS DE INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS.

2.2.1. A aprovação da alteração mencionada no item anterior dependerá de manifestação formal do CONCEDENTE.



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

3. PRAZOS

3.1. O prazo desta CONCESSÃO será de 10 (dez) anos, contados da DATA DA ORDEM DE SERVIÇO, prorrogável nos termos legais.

3.2. O prazo máximo para a conclusão da instalação e início da operação de todos os equipamentos (PMV's, MUPI's e RED's), será de até 18 (dezoito) meses contados a partir da DATA DA ORDEM DE SERVIÇO.

3.2.1. A instalação dos MUPI's e RED's somente poderá ocorrer após a implementação de quantitativo mínimo dos PMV's, respeitando-se a proporção de 03 (três) PMV's instalados para que haja o direito de instalação de 02 (dois) MUPI's ou RED's. Qualquer exceção a essa regra dependerá de autorização expressa do PODER CONCEDENTE.

3.2.2. A proporção prevista no item 3.2.1 foi definida com base nos estudos realizados no âmbito do Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI, que compreenderam a modelagem técnico-operacional e a modelagem econômico-financeira do projeto, as quais integram o presente Termo de Referência.

Parágrafo único. A referida proporção foi considerada tecnicamente exequível no prazo de implantação contratual e adequada à preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão, ao assegurar a implantação progressiva da infraestrutura necessária à adequada prestação do serviço público, em consonância com o interesse público e as diretrizes da Administração Municipal.

3.3. A CONCESSIONÁRIA deverá elaborar e apresentar o PLANO DE IMPLANTAÇÃO e o PLANO DE MANUTENÇÃO ao PODER CONCEDENTE em até 15 (quinze) dias contados da data de publicação do extrato do CONTRATO no Diário do Município.

3.3.1. O PODER CONCEDENTE deverá aprovar o PLANO de IMPLANTAÇÃO e o PLANO DE MANUTENÇÃO em até 15 (quinze) dias de sua apresentação ou poderá, neste mesmo prazo e motivadamente, solicitar à CONCESSIONÁRIA esclarecimentos e ajustes em relação ao PLANO DE IMPLANTAÇÃO, ao PLANO DE MANUTENÇÃO ou a ambos, caso identifique que estes não atendem a todas as obrigações do EDITAL e seus ANEXOS;

3.3.1.1. Nesta última hipótese, a CONCESSIONÁRIA esclarecerá ou procederá com os ajustes ao(s) referido(s) plano(s) em prazo de até 10 (dez) dias contados da solicitação feita pelo PODER CONCEDENTE.

3.3.1.2. O PODER CONCEDENTE, a partir de então, conta com 5 (cinco) dias para se manifestar sobre a aprovação final do plano.

3.4. Além dos prazos dispostos neste Item 3, a CONCESSIONÁRIA deverá respeitar todos os prazos intermediários determinados em seu PLANO DE IMPLANTAÇÃO, elaborado conforme as diretrizes deste TERMO DE REFERÊNCIA.



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

3.5.A ORDEM DE SERVIÇO somente será emitida pelo PODER CONCEDENTE após a aprovação do PLANO DE IMPLANTAÇÃO e do PLANO DE MANUTENÇÃO.

3.6.O PODER CONCEDENTE poderá, anualmente e a seu exclusivo critério, determinar a alteração da localização dos PMVs instalados, desde que respeitado o limite máximo de 5% (cinco por cento) ao ano do quantitativo total de PMVs previsto no Contrato.

3.6.1. O novo local indicado pelo PODER CONCEDENTE para a realocação do(s) PMV(s) deverá apresentar condições técnicas adequadas para sua instalação. Caso tais condições não sejam atendidas, a CONCESSIONÁRIA poderá recusar a instalação mediante justificativa técnica fundamentada ou, alternativamente, viabilizá-la assumindo os custos necessários para adequação do local, com direito à solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro.

3.6.2. Na hipótese de determinação de alteração que exceda o estabelecido no item 3.6, a CONCESSIONÁRIA poderá cobrar pelo serviço executado, desde que o valor orçado seja previamente aprovado pelo PODER CONCEDENTE.

3.6.3. A prerrogativa conferida ao Poder Concedente para alterar anualmente até 5% (cinco por cento) da localização dos PMVs foi considerada nos estudos técnicos e econômico-financeiros que fundamentaram o presente Termo de Referência.

Parágrafo único. Os custos decorrentes das alterações referidas no caput, incluindo desinstalação, remanejamento e reinstalação dos equipamentos, constituem encargos operacionais ordinários da Concessionária, já internalizados na proposta comercial, não ensejando, dentro do referido limite, direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

4. DIRETRIZES PARA A FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

4.1.PROJETOS DOS EQUIPAMENTOS

4.1.1. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar os Projetos Executivos e seus respectivos Memoriais Descritivos dos equipamentos a serem instalados no município, respeitando-se as normas e regulamentações vigentes relacionada ao tema e as diretrizes técnicas estabelecidas neste TERMO DE REFERÊNCIA e nos ANEXOS I A e I B – CROQUIS REFERENCIAIS, cujas imagens são meramente ilustrativas e não exaustivas.

4.1.1.1. Todos os projetos executivos e seus respectivos Memoriais Descritivos deverão ser entregues ao PODER CONCEDENTE juntamente com o PLANO DE IMPLANTAÇÃO, conforme prazos estabelecidos neste TERMO DE REFERÊNCIA.

4.1.2. Considera-se indispensável a apresentação e o registro da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou do Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), conforme o caso, devidamente preenchido, em atendimento à legislação, e acompanhado do respectivo comprovante de pagamento, relativo aos projetos executivos dos equipamentos a serem instalados no município.



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

4.1.3. Os projetos executivos deverão contemplar, quando aplicável, todos os elementos componentes dos equipamentos, contendo informações sobre todas as dimensões, plantas, vistas, cortes, perspectivas, detalhamento das peças principais, fundações, instalações elétricas, instalações de lógica/dados, equipamentos e demais detalhes que se fizerem necessários para a perfeita compreensão e avaliação de sua implantação.

4.1.4. Os respectivos memoriais descritivos deverão especificar os materiais a serem utilizados, indicando suas características de qualidade, resistência e durabilidade, permitindo a perfeita compreensão dos equipamentos e sua inserção na paisagem urbana do Município de São José dos Campos.

4.2. PAINÉIS DE MENSAGENS VARIÁVEIS – PMV's INTERNOS E EXTERNOS

4.2.1. Dos 42 (quarenta e dois) pontos de PMV's Internos para Estações da LINHA VERDE, Terminais de Ônibus e Áreas de Integração:

4.2.1.1. Os PMV's Internos deverão transmitir informações de chegada do próximo ônibus até o ponto, em tempo real, de acordo com informações fornecidas pelo PODER CONCEDENTE, por meio dos sistemas referentes às frotas de ônibus municipais.

4.2.1.2. Os equipamentos deverão ser instalados conforme ANEXO I C – LOCAIS DE INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS.

4.2.1.3. Nas áreas internas das Estações da Linha Verde, Terminais e Áreas de Integração, os PMV's deverão ser instalados em pares, lado a lado.

4.2.1.4. A CONCESSIONÁRIA poderá ter aproveitamento publicitário dos PMV's Internos, seguindo uma das três formas alternativas:

4.2.1.4.1. Alternativa 1 - Utilização de uma das telas de PMV's para disposição exclusiva e constante das informações de próximas chegadas das linhas de ônibus e utilização da outra tela de PMV exclusivamente para exploração publicitária;

4.2.1.4.2. Alternativa 2 - Utilização de ambas as telas de PMV's para disposição alternada de informações de próximas chegadas das linhas de ônibus e informes publicitários.

4.2.1.4.3. Alternativa 3 – Utilização de ambas as telas de PMV's para disposição exclusiva e constante das informações de próximas chegadas das linhas de ônibus, e instalação de um MUPI na área próxima destes locais, para exploração publicitária, desde que não cause prejuízo aos usuários do sistema de transporte público.

4.2.1.5. Cada local deverá utilizar uma das três formas alternativas, que dependerá da aprovação do PODER CONCEDENTE para ser implementado, de acordo com o volume de informações a serem disponibilizadas aos passageiros do transporte público.

4.2.1.6. O PMV deverá ser instalado na parte superior interna da Estação, do Terminal ou da Área de Integração, com tecnologia profissional de LCD (*Liquid Crystal Display*) ou



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

similar, de forma a possibilitar a fácil visualização pelos usuários, e deverão obedecer aos limites de segurança estabelecidos pelo PODER CONCEDENTE.

4.2.1.7. A CONCESSIONÁRIA deverá providenciar conexão de internet para a operação dos PMV's Internos.

4.2.1.8. Nas estações ou nos terminais, será disponibilizado o local adequado para a alimentação elétrica dos PMV's Internos, cabendo à CONCESSIONÁRIA o seu correto dimensionamento, fornecimento de materiais, cabos, eletrocalhas/eletrodutos, bandejas, disjuntores, quadros e demais insumos necessários à sua correta implantação.

4.2.1.9. Todas as adequações necessárias à correta implantação dos PMV's Internos serão de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA.

4.2.1.10. Cada PMV Interno deverá ser composto por tela/monitor com as seguintes características mínimas:

- a)** Tecnologia de Monitor Profissional LCD de 49" para as Estações e de 65" para os Terminais e Áreas de Integração. Variações de até 10% no tamanho das telas poderão ser autorizadas pelo PODER CONCEDENTE mediante justificativa técnica;
- b)** Resolução mínima Full HD;
- c)** Brilho mínimo de 500 cd/m² (quinhentos candelas por metro quadrado);
- d)** Adequado para funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana e 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias por ano, sem interrupções;
- e)** Opcional de Painel frontal com fechamento confeccionado em material transparente que evite a projeção de estilhaços em caso de acidente, e com tratamento antirreflexo;
- f)** O painel deverá ainda possibilitar a exibição de todos os caracteres da língua portuguesa e demais caracteres necessários para veiculação das informações, em tamanhos variáveis.

4.2.1.11. Cada painel deverá conter circuito próprio para ajuste automático de brilho, de forma que a intensidade de luz não cause ofuscamento ou desconforto à população.

4.2.1.12. As informações veiculadas deverão ser adequadamente visíveis, a qualquer hora do dia.

4.2.1.13. Para a instalação dos PMV's, a CONCESSIONÁRIA deverá prever a alimentação elétrica e a conexão de lógica/dados dos mesmos, que deverão ser instalados e mantidos pela CONCESSIONÁRIA.

4.2.1.14. Para a operação dos PMV's, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar uma conexão com o API (*Application Program Interface*) indicado pelo PODER CONCEDENTE.



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

4.2.2. Dos 120 (cento e vinte) pontos de PMV's Externos, a serem instalados nos abrigos dos pontos de ônibus no município:

4.2.2.1. O PODER CONCEDENTE deverá ratificar à CONCESSIONÁRIA as localizações dos 120 (cento e vinte) abrigos e pontos de ônibus em que deverão ser instalados os PMV's Externos para informações de chegada das linhas de ônibus previstos no ANEXO I C – LOCAIS DE INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS.

4.2.2.2. Os PMV's Externos para Abrigos e Pontos de Ônibus deverão transmitir informações de chegada do próximo ônibus até o ponto, de acordo com informações fornecidas pelo PODER CONCEDENTE, por meio dos sistemas referentes às frotas de ônibus municipais.

4.2.2.3. Os PMV's Externos deverão ser instalados na parte interna dos abrigos de ônibus, na melhor localização possível de forma a possibilitar a fácil visualização pelos usuários, com tecnologia de LED (Diodos Emissores de Luz), e deverão obedecer aos limites de segurança estabelecidos pelo PODER CONCEDENTE.

4.2.2.4. A CONCESSIONÁRIA deverá providenciar conexão de internet para a operação dos PMV's Externos.

4.2.2.5. Serão disponibilizados, nos abrigos de ônibus em questão, o local adequado para a alimentação elétrica dos PMV's Externos, cabendo à CONCESSIONÁRIA o seu correto dimensionamento, fornecimento de materiais, cabos, eletrocalhas/eletrodutos, bandejas, disjuntores, quadros e demais insumos necessários à sua correta implantação.

4.2.2.6. Todas as adequações necessárias à correta implantação dos PMV's Externos serão de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA.

4.2.2.7. O painel deverá ser confeccionado com tratamento anticorrosivo e resistente a intempéries.

4.2.2.8. As dimensões mínimas destes painéis deverão ser de 1,0m (um metro) de largura e 0,30m (trinta centímetros) de altura, desde que atendam ao item 4.2.2.10.

4.2.2.9. As dimensões máximas destes painéis deverão ser de 1,5m (um metro e cinquenta centímetros) de largura e 0,35m (trinta e cinco centímetros) de altura, desde que atendam ao item 4.2.2.10.

4.2.2.10. O PMV Externo para abrigos de ônibus deverá ser composto por um painel eletrônico para página de mensagens com, 2 a 4 linhas de informação, de acordo com a quantidade de linhas atendidas no ponto de parada, e 24 caracteres visíveis por linha, cujos caracteres deverão ter, no mínimo, 5cm (cinco centímetros) de altura, com as seguintes características mínimas:

a) Resolução *Full Color*;

b) *Dot pitch* máximo de 4,0mm (quatro milímetros) ou tecnologia de qualidade equivalente;



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

c) Painel frontal com fechamento confeccionado em material transparente que evite a projeção de estilhaços em caso de acidente, e com tratamento antirreflexo;

d) O painel deverá ainda possibilitar a exibição de todos os caracteres da língua portuguesa e demais caracteres necessários para veiculação das informações, em tamanhos variáveis.

4.2.2.11. Cada painel deverá conter circuito próprio para ajuste automático de brilho, de forma que a intensidade de luz não cause ofuscamento ou desconforto à população.

4.2.2.12. As informações veiculadas deverão ser adequadamente visíveis, a qualquer hora do dia.

4.2.2.13. O painel deverá ser projetado e fabricado para operação contínua e efetiva durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana e 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias por ano, sem interrupções.

4.2.2.14. Para a instalação dos PMV's Externos, a CONCESSIONÁRIA deverá prever a alimentação elétrica e a conexão de lógica/dados desses equipamentos, que deverão ser instalados e mantidos pela CONCESSIONÁRIA.

4.2.2.15. Para a operação dos PMV's Externos, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar uma conexão com o API (*Application Program Interface*) indicado pelo PODER CONCEDENTE.

4.2.2.16. Todas as alimentações para as instalações necessárias ao perfeito funcionamento dos PMV's Externos deverão ser subterrâneas e embutidas, incluindo aquelas relativas aos serviços adicionais. Poderá ser utilizado poste auxiliar no caso da ligação à rede de energia elétrica.

4.2.2.17. As providências para a formalização das ligações das instalações dos PMV's Externos com as redes de energia elétrica, quando necessárias, bem como a medição do consumo e o ônus da sua utilização fazem parte do escopo de obrigações da CONCESSIONÁRIA.

4.2.2.18. As disposições do item anterior incluem os entendimentos com a Concessionária de Energia que opera em São José dos Campos ou a parte que vier a lhe substituir, para a viabilização de toda a estrutura necessária para a distribuição de energia nas instalações da CONCESSIONÁRIA.

4.2.2.19. A CONCESSIONÁRIA não poderá utilizar as telas dos PMV's Externos dos abrigos e dos pontos de ônibus para exploração publicitária.

4.2.3. Os PMV's deverão ser projetados com conexão que possibilite monitoramento e acesso remoto às condições de funcionamento e inserção em tempo real de mensagens de interesse público, conforme demanda do PODER CONCEDENTE, por meio de sistema integrado de gestão.



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

4.2.3.1. A CONCESSIONÁRIA deverá fornecer ao PODER CONCEDENTE, plataforma de monitoramento para aferição automática dos indicadores de desempenho, em tempo real, que possibilite o monitoramento de todos os PMV's, internos e externos, disponibilizando, no mínimo, informações relativas a status de exibição e operação de cada um deles, registro de logs, programação de exibição, eventual ocorrência de falhas e quaisquer outras situações atípicas.

4.2.4. A escolha do modelo de PMV's Externo, descrito nos itens 4.2.2.8, 4.2.2.9. e 4.2.2.10, nos locais indicados no ANEXO I C – LOCAIS DE INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS, dependerá da aprovação do PODER CONCEDENTE.

4.3. MOBILIÁRIOS URBANOS PARA INFORMAÇÃO – MUPI's

4.3.1. A CONCESSIONÁRIA poderá instalar até 50 (cinquenta) MUPI's.

4.3.2. O MUPI consiste em mobiliário urbano, instalado diretamente no piso ou solo por meio de estrutura adequada e que poderá ter até 2 (dois) painéis eletrônicos digitais ou estáticos, dupla face, disponíveis para exploração publicitária e disposição de outras informações de interesse público.

4.3.3. Os MUPI's poderão ser instalados em qualquer ponto do Município de São José dos Campos que não possua restrição paisagística urbana à exploração publicitária, devendo estar prioritariamente num raio de até 500m (quinhentos metros) das Estações da LINHA VERDE, Áreas de Integração e Terminais de ônibus, ou dos abrigos de ônibus selecionados pelo PODER CONCEDENTE para a instalação dos PMV's.

4.3.4. Os locais para instalação dos MUPI's deverão ser propostos pela CONCESSIONÁRIA para análise e aprovação do PODER CONCEDENTE. Apenas após essa aprovação, fica a CONCESSIONÁRIA autorizada a iniciar os trabalhos para a respectiva instalação.

4.3.5. O MUPI quando digital deverá ter as seguintes especificações:

- a)** Tecnologia LED *Full Color, Dot Pitch* máximo 4mm, brilho mínimo 5.000cd/m² (cinco mil candelas por metro quadrado) e área de publicidade máxima 2,0m² (dois metros quadrados); ou
- b)** Tecnologia LCD, Resolução mínima *Full HD*, Brilho mínimo 3.000cd/m² (três mil candelas por metro quadrado), área de publicidade máxima 2,0m² (dois metros quadrados).

4.3.6. As dimensões máximas do MUPI devem ser 2,80m (dois metros e oitenta centímetros) de altura, 1,30m (um metro e trinta centímetros) de largura e 0,35m (trinta e cinco centímetros) de espessura.

4.3.7. A implantação do MUPI não poderá prejudicar as condições de acessibilidade previstas na Norma Técnica ABNT NBR 9050:2015, ou a norma que a substitua, e a CONCESSIONÁRIA deverá recuperar a área afetada pelas obras de instalação do



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

equipamento preservando a condição original encontrada previamente às instalações, seja piso, calçada, passeio, grama, pavimento asfáltico ou qualquer outro.

4.3.8. A CONCESSIONÁRIA deverá disponibilizar, mensalmente, 10% (dez por cento) dos painéis publicitários digitais instalados para veiculação de mídias institucionais de interesse do PODER CONCEDENTE.

4.3.8.1. Desde que em comum acordo entre as PARTES e diante de ociosidade nos painéis, o percentual mensal poderá ser majorado.

4.3.8.2. O PODER CONCEDENTE poderá, no caso de ociosidade nos painéis, solicitar à CONCESSIONÁRIA que os horários dos ônibus das linhas próximas ao MUPI sejam disponibilizados no equipamento.

4.3.9. A CONCESSIONÁRIA poderá explorar projetos especiais de customização da aparência dos MUPI's para campanhas publicitárias temáticas de marcas ou produtos, desde que autorizados pelo PODER CONCEDENTE, por períodos de até 30 (trinta) dias consecutivos, passíveis de renovação.

4.3.10. A intensidade de luz dos painéis publicitários não poderá causar ofuscamento ou desconforto à população.

4.3.11. Somente poderão ser veiculados anúncios e mensagens que estejam de acordo com o Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária – CONAR –, bem como com a legislação municipal vigente, em especial a Lei Municipal nº4805/1996 e suas alterações.

4.3.12. Os MUPI's deverão possuir aterramento próprio e suas instalações deverão contar com proteção adequada à carga instalada e aos padrões e normas técnicas do setor, em especial as normas técnicas ABNT 5410:1997 e a ABNT 5419:2001, sem a exclusão das demais normas.

4.3.13. Todas as alimentações para as instalações necessárias ao perfeito funcionamento dos MUPI's deverão ser subterrâneas, incluindo aquelas relativas aos serviços adicionais. Poderá ser utilizado poste auxiliar no caso da ligação à rede de energia elétrica. As providências para a formalização das ligações dos MUPI's com as redes de energia elétrica, quando necessárias, bem como a medição do consumo e o ônus da sua utilização fazem parte do escopo de obrigações da CONCESSIONÁRIA.

4.3.14. As disposições do item anterior incluem os entendimentos com a concessionária de energia que opera em São José dos Campos ou a parte que vier a lhe substituir, para a viabilização de toda a estrutura necessária para a distribuição de energia para o consumo dos MUPIs.

4.4. RELÓGIOS ELETRÔNICOS DIGITAIS – RED's

4.4.1. A CONCESSIONÁRIA poderá instalar até 50 (cinquenta) RED's.



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

4.4.2. Os RED's poderão ser instalados em qualquer ponto do Município de São José dos Campos que não possua restrição paisagística urbana à exploração publicitária.

4.4.2.1. Os locais para instalação dos RED's deverão ser propostos pela CONCESSIONÁRIA para análise e aprovação do PODER CONCEDENTE. Apenas após essa aprovação, fica a CONCESSIONÁRIA autorizada a iniciar os trabalhos para a respectiva instalação.

4.4.2.2. Preferencialmente os RED's devem ser instalados nos principais corredores viários do município ou em locais com grande movimentação de pessoas.

4.4.3. Os projetos dos RED's deverão contemplar toda a infraestrutura física e digital necessárias à marcação de hora, à indicação da temperatura local, do índice de qualidade do ar, do índice de incidência de radiação ultravioleta e à veiculação de informações de interesse público e demais funcionalidades previstas no EDITAL e seus ANEXOS.

4.4.4. O RED deverá ser fixado ao solo por meio de fundação não aparente, com dimensões e materiais adequados, de forma a garantir a estabilidade do elemento, conforme projeto estrutural confeccionado pela CONCESSIONÁRIA. Após as intervenções, impreterivelmente, a CONCESSIONÁRIA deverá garantir a plena recomposição do piso, conforme as condições originais.

4.4.5. O RED deverá ser uma estrutura autoportante, sustentada por um pilar, denominada mostrador, com 2 (duas) faces, sendo que em cada face deverá necessariamente conter: (i) um espaço para informações de mensagens variáveis, reservado à marcação sincronizada de hora, à indicação da temperatura local, do índice de qualidade do ar, do índice de incidência de radiação ultravioleta e à veiculação de informações de interesse público, denominado painel informativo; e (ii) um painel eletrônico digital, destinado à exploração publicitária pela CONCESSIONÁRIA, denominado painel publicitário do RED, formando um conjunto denominado equipamento.

4.4.6. O painel informativo de cada face do RED deverá também ser capaz de reproduzir eventuais informações de interesse público, a critério do PODER CONCEDENTE.

4.4.7. O mostrador deverá ser confeccionado, preferencialmente, em estrutura metálica, devendo ter tratamento anticorrosivo e resistente a intempéries e a outros efeitos do ambiente.

4.4.8. O RED deverá ter modelo único de estrutura de sustentação dos painéis publicitários e informativos para a implantação em todo o Município de São José dos Campos.

4.4.9. A CONCESSIONÁRIA poderá explorar projetos especiais de customização da aparência dos RED's para campanhas publicitárias temáticas de marcas ou produtos, desde que autorizados pelo PODER CONCEDENTE, por períodos de até 30 (trinta) dias consecutivos, passíveis de renovação.



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

4.4.10. A implantação do RED não poderá prejudicar as condições de acessibilidade previstas na Norma Técnica ABNT NBR 9050:2015, ou norma que a substitua, e a CONCESSIONÁRIA deverá recuperar a área afetada pelas obras de instalação do equipamento preservando a condição original encontrada previamente às instalações, sejam piso, calçada, passeio, grama, pavimento asfáltico ou qualquer outro.

4.4.11. A altura máxima do RED será de 5,50 m (cinco metros e cinquenta centímetros), medida a partir da base de fixação até o ponto mais alto do equipamento em relação ao solo, e as suas dimensões devem ser adequadas, de modo a garantir a estabilidade do elemento.

4.4.12. A distância mínima entre a base do mostrador e o nível do solo deverá ser de 2,30 m (dois metros e trinta centímetros).

4.4.13. O tamanho máximo da área visível do painel publicitário do RED deverá ser de 2,0m² (dois metros quadrados) por face, não podendo exceder as dimensões de 2,0m (dois metros) na altura e de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) na largura.

4.4.14. O tamanho mínimo da área visível de exibição do painel informativo será de 0,30m² (zero vírgula trinta metros quadrados) por face. A altura mínima será de 0,30m (trinta centímetros) e a largura mínima será de 1,0 (um metro).

4.4.15. Os materiais e acabamentos a serem utilizados na fabricação dos RED's devem ser resistentes, não projetando estilhaços em caso de rompimento e não possuindo arestas vivas ou pontiagudas. Devem ainda possuir tratamento anticorrosivo e durabilidade compatível com os níveis de serviço estabelecidos, privilegiando a facilidade de limpeza e manutenção.

4.4.16. O RED deverá ser projetado com conexão que possibilite monitoramento e acesso remoto às condições de funcionamento e inserção em tempo real de mensagens de interesse público, conforme demanda do PODER CONCEDENTE, por meio de sistema integrado de gestão.

4.4.17. O RED deverá possuir aterramento próprio e suas instalações elétricas deverão contar com proteção adequada à carga instalada, bem como atender aos padrões e normas técnicas do setor, em especial as normas técnicas ABNT 5410:1997 e a ABNT 5419:2001, sem a exclusão das demais normas.

4.4.18. A rede de alimentação elétrica do RED deverá ser subterrânea e poderá ser utilizado poste auxiliar para ligação entre a rede pública e a subterrânea.

4.4.19. As providências para a formalização das ligações dos RED com as redes de energia elétrica, quando necessárias, bem como a medição do consumo e o ônus da sua utilização fazem parte do escopo de obrigações da CONCESSIONÁRIA.

4.4.20. As disposições do item anterior incluem os entendimentos com a concessionária de energia que opera em São José dos Campos ou a parte que vier a lhe substituir, para a viabilização de toda a estrutura necessária para a distribuição de energia para o consumo dos RED's.



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

4.4.21. Quanto ao painel informativo do RED:

4.4.21.1. O painel informativo destinado à marcação de hora, temperatura local, índice de radiação ultravioleta, índice de qualidade do ar e divulgação de informações de interesse público deverá possuir ambas as faces digitais e possuir as seguintes características técnicas, devidamente certificadas pelo fabricante:

- a)** Brilho mínimo de 5.000 cd/m² (cinco mil candelas por metro quadrado);
- b)** Tecnologia LED, Resolução *Full Color* com *dot pitch* máximo de 4mm (quatro milímetros) ou;
- c)** Tecnologia LCD, Resolução mínima Full HD, Brilho mínimo 3.000cd/m² (três mil candelas por metro quadrado).

4.4.21.2. O painel informativo deverá ser projetado e fabricado para operação contínua e efetiva durante 24h (vinte e quatro horas) por dia, 7 (sete) dias por semana e 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias por ano, sem interrupções.

4.4.21.3. O painel informativo deverá ser projetado e fabricado para instalação em ambiente externo, junto a vias de tráfego intenso, com exposição a intempéries, tais como insolação direta, chuva, poeira e vibração do terreno, devendo ainda suportar e manter a operação normal na faixa de temperatura ambiente, variando de 0°C (zero grau Celsius negativos) a 50°C (cinquenta graus Celsius).

4.4.21.4. As informações veiculadas no painel deverão ser adequadamente visíveis, a qualquer hora do dia.

4.4.21.5. A intensidade da luz do painel informativo não poderá causar ofuscamento ou desconforto aos usuários, conforme Norma Técnica ABNT NBR 9050:15, ou outra que a substitua.

4.4.21.6. Cada face do painel informativo deverá conter circuito próprio para ajuste automático de brilho, permitindo programação por faixa horária, de forma que a intensidade de luz não cause ofuscamento ou desconforto à população.

4.4.21.7. O painel informativo deverá ainda possibilitar a exibição de todos os caracteres da língua portuguesa e demais caracteres necessários para veiculação das informações, em tamanhos variáveis e sem distorções de formas ou letras.

4.4.21.8. O painel informativo deverá ter infraestruturas física e digital que possibilitem a inserção de mensagens de interesse público, em tempo real, pelo PODER CONCEDENTE ou pela CONCESSIONÁRIA, a pedido do PODER CONCEDENTE, por meio de software específico.

4.4.21.9. O software acima mencionado deverá prover plataforma de monitoramento em tempo real de todos os painéis informativos, disponibilizando informações relativas a status de exibição de cada um deles, programação de exibição, eventual ocorrência de falhas e quaisquer outras situações atípicas.

4.4.22. Quanto ao painel publicitário do RED:



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

4.4.22.1. O painel publicitário do RED poderá utilizar papel, material vinílico, tecnologia de LED Resolução Full Color ou tecnologia LCD com Resolução mínima Full HD, sendo, em qualquer hipótese, garantida a visibilidade e a qualidade da imagem a qualquer hora do dia.

4.4.22.2. Somente poderão conter publicidade os RED's com todas as funcionalidades instaladas e em pleno funcionamento.

4.4.22.3. Somente poderão ser veiculados anúncios e mensagens que estejam de acordo com o Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária – CONAR –, bem como com a legislação municipal vigente, em especial a Lei Municipal nº4805/1996 e suas alterações.

4.4.22.4. A CONCESSIONÁRIA deverá disponibilizar, mensalmente e sem custos ao PODER CONCEDENTE, 10% (dez por cento) do quantitativo de exibições publicitárias possibilitadas pela CONCESSÃO e já instaladas, para veiculação de mídias institucionais de interesse do PODER CONCEDENTE.

a) Poderão ser iniciadas campanhas para além do limite previsto no item anterior, desde que custeadas pelo PODER CONCEDENTE.

b) Para atender ao percentual especificado, a CONCESSIONÁRIA poderá utilizar faces publicitárias ociosas, desde que em comum acordo com o PODER CONCEDENTE.

c) Para fins de cálculo do quantitativo de exibições disponíveis, a CONCESSIONÁRIA deverá calcular mensalmente o percentual de 10% (dez por cento) sobre o inventário de faces ativas no mês de análise para usufruto do PODER CONCEDENTE.

d) A cota de utilização gratuita de direito do PODER CONCEDENTE poderá somente ser utilizada no mês subsequente do cálculo, caso exceda esse período sem proveito, o crédito será expirado.

e) Em caso de não manifestação pelo PODER CONCEDENTE de interesse na utilização do percentual estipulado, fica autorizada à CONCESSIONÁRIA a sua comercialização;

f) A utilização de percentual estipulado ao PODER CONCEDENTE não poderá sofrer qualquer restrição quanto a horário e/ou localização de exibição.

5. DIRETRIZES PARA MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

5.1. Durante a fase de operação da CONCESSÃO, para manutenção e conservação dos equipamentos, deverão ser consideradas as diretrizes técnicas estabelecidas neste TERMO DE REFERÊNCIA.

5.2. As atividades relativas à manutenção e conservação dos equipamentos instalados e demais funcionalidades são de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA.



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

5.3. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar ao PODER CONCEDENTE, mensalmente, durante todo o prazo da CONCESSÃO, relatórios executivos, em meio digital, contendo as informações gerais e específicas sobre a prestação dos serviços, qualidade e ocorrências operacionais relevantes, bem como respectivos registros demonstrando situação anterior e posterior às eventuais intervenções realizadas.

5.4. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar ao PODER CONCEDENTE, mensalmente, durante todo o prazo da CONCESSÃO, relatórios, em meio digital, contendo quantidade georreferenciada dos equipamentos instalados.

5.5. Estão contempladas no âmbito desta CONCESSÃO as atividades de vistoria, manutenção preventiva e manutenção corretiva relativas, incluindo, mas não se limitando, a limpeza e conservação dos equipamentos pela CONCESSIONÁRIA.

5.6. Sem prejuízo de outros itens, devem estar necessariamente incluídos na manutenção de rotina pela CONCESSIONÁRIA, associada a todos os equipamentos:

- a) Limpeza manual e mecânica, com ou sem hidrojateamento;
- b) Limpeza de pichações e grafites;
- c) Remoção completa de panfletos, adesivos de propagandas e similares;
- d) Manutenção dos painéis informativos e publicitários;
- e) Manutenção, revisão e/ou reparo de componentes eletroeletrônicos;
- f) Manutenção, revisão e/ou reparo das instalações elétricas;
- g) Reparos/Retoques de pintura.

5.7. Sem prejuízo das diretrizes e regulamentações dispostas nas legislações pertinentes, as atividades de manutenção da CONCESSIONÁRIA deverão:

5.7.1. Não interferir ou recuperar, quando possível e necessário, as condições ambientais originais nas áreas de influência dos equipamentos, observando a legislação aplicável.

5.7.2. Minimizar a interferência das atividades nos diversos elementos e sistemas do meio urbano, em especial: instalações de águas pluviais, sistema viário e seus complementos, elementos de caráter arqueológico, elementos com restrições urbanísticas, fundações existentes, redes de saneamento, gás, elétrica e de iluminação pública, árvores, canteiros, jardins e vegetação em geral, cercas, muros, contenções e outros elementos de divisas;

5.7.3. Realizar a sinalização e proteção de áreas de passeio, calçada e vias, garantindo a segurança da população;



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

5.7.4. Utilizar equipes especializadas, devidamente identificadas e uniformizadas, sob a supervisão de um profissional com habilitação compatível com a execução das respectivas atividades (civis, mecânicas, elétricas, eletrônicas, hidráulicas etc.);

5.7.5. Preservar as características aprovadas em projeto durante o período de concessão, interna e externamente, a não ser em caso de atualização ou aperfeiçoamento, situação em que deverá ser obtida autorização formal do PODER CONCEDENTE;

5.7.6. Remover e substituir elementos que venham a apresentar danos irreparáveis;

5.7.7. Realizar a limpeza do local, bem como coleta, transporte e destinação de resíduos, de acordo com melhores práticas e com as normas vigentes.

5.8. As metodologias para execução de todas as atividades referentes à manutenção deverão estar dispostas no PLANO DE MANUTENÇÃO a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA e aprovado pelo PODER CONCEDENTE, devendo conter, no mínimo:

5.8.1. Cronograma e periodicidade de vistorias, manutenção preventiva, monitoramento e fiscalização.

5.8.2. ANS (Acordo de Nível de Serviço) com prazos máximos para correção de falhas por tipo de falha para as atividades de manutenção corretiva, sempre respeitando os prazos máximos deste TERMO DE REFERÊNCIA, do ANEXO I D – ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO e do ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO.

5.8.3. Apresentação descritiva dos processos de manutenção, seguindo as diretrizes estabelecidas neste Item 5, além das melhores práticas do setor e das normas regulatórias pertinentes;

5.8.4. Descrição do dimensionamento de equipamentos, materiais e equipes para as atividades descritas;

5.8.5. A frequência das referidas vistorias e de serviços de manutenção preventiva deverá ser, no mínimo, quinzenal.

5.9. Durante a vigência do contrato, o PLANO DE MANUTENÇÃO poderá ser alterado de comum acordo entre as partes, observado o interesse público, ou unilateralmente, pelo PODER CONCEDENTE, assegurado o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

5.10. A CONCESSIONÁRIA deverá disponibilizar ao PODER CONCEDENTE canal de comunicação para transmissão de protocolos de pedidos e reclamações recebidos diretamente pelo Município.

5.11. É obrigação do PODER CONCEDENTE disponibilizar central de atendimento para receber alertas de eventuais problemas pela população e repassar à CONCESSIONÁRIA os chamados técnicos.

5.12. Em caso de situação que possa apresentar perigo aos usuários da via pública ou em qualquer outra hipótese que enseje a necessidade atendimentos emergenciais, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar manutenção corretiva em qualquer horário, devendo



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

manter equipe de plantão no período de 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana e 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias por ano.